

Presidente Michel Temer, siga o exemplo do ex-ministro Geddel

Clovis Rossi

Folha de S.Paulo, 27/11/2016

O presidente Michel Temer deveria seguir [os passos de Geddel Vieira Lima](#) e se demitir. Afinal, bem feitas as contas, praticou a mesma irregularidade de seu então auxiliar (advocacia administrativa).

Trata-se de uma expressão técnica que, desbastada do juridiquês, significa uma violação da República, da coisa pública.

Pior: trata-se de irregularidade publicamente admitida, primeiro por Geddel e depois pelo próprio Temer, pela boca de seu porta-voz.

Chega a ser revoltante a desfaçatez com que ambos tentam minimizar a gravidade dos atos praticados. Geddel negou que tivesse [pressionado o então ministro da Cultura, Marcelo Calero](#), para liberar um prédio em que comprara um apartamento e que havia sido embargado pelo Iphan (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Disse que fizera apenas "ponderações". Qualquer pessoa com um dedo de sentido comum sabe que, quando o ministro mais poderoso do governo, até pela proximidade com o presidente, faz "ponderações" junto a um colega, está pressionando-o a adotar a posição desejada pelo "ponderador".

Da mesma forma, Temer, segundo o porta-voz, tentou apenas "arbitrar" entre dois ministros em conflito. De novo, o mais elementar bom senso diz que não cabe a um presidente da República intrometer-se em interesses privados de qualquer um de seus auxiliares —a não ser para demitir quem desafiasse os valores republicanos, no caso Geddel Vieira Lima. Sempre haverá, entre os defensores do já velho novo governo, quem diga que a falta não é tão grave quanto os crimes em penca que estão sendo expostos dia sim, outro também, pela Lava Jato e outras investigações.

Não é assim. O episódio Geddel e as tentativas de minimizá-lo demonstram precisamente a cultura política que está na raiz do assalto aos recursos públicos praticado em conjunto por agentes privados, públicos e políticos.

Quando um ministro e, pior ainda, um presidente acham admissível usar o cargo para advogar em favor de interesses privados viola-se a República. É simples assim. A partir desse desprezo pelos valores republicanos, abrem-se as portas para todas as demais violações.

Nunca é demais lembrar que essa cultura deletéria precede o governo Temer e os do PT, o que, evidentemente, não os absolve.

Geddel Vieira Lima foi um dos 37 deputados investigados, em 1993, pela CPI dos chamados "anões do Orçamento", parlamentares acusados de desviar dinheiro público por meio de fraudes com o Orçamento.

Desses todos, o relator, deputado Roberto Magalhães, do então PFL de Pernambuco, pediu a cassação de 18, entre eles, adivinhe, Geddel Vieira Lima, que, no entanto, acabou absolvido.

Mas seis perderam mandatos, clara indicação de que o esquema funcionava. O então senador Antônio Carlos Magalhães (1927-2007) disse, à época, que Geddel só foi inocentado porque implorara ao filho de ACM, Luiz Eduardo, para ser poupado. Enfim, o fato de um "anão" ter sido promovido à cúpula da República acaba dando a dimensão real do governo.